

Comunicado à Imprensa

Para especialista, políticas de metas fiscais e de inflação restringem crescimento na América Latina



Martin Rapetti, professor da Universidade de Buenos Aires, argumenta que países da região restringiram suas oportunidades de crescimento ao limitar o gasto público.

Rio de Janeiro, 23 jul 24 - Professor da Universidade de Buenos Aires/Argentina, Martin Rapetti criticou políticas macroeconômicas adotadas por países da América Latina, como as de metas fiscal e de inflação. Em palestra no States of The Future, evento paralelo do G20, o economista argumentou que os governos precisam de margem para adotar uma política industrial eficiente.

Ele ressaltou que Brasil, Chile, Colômbia, México, Paraguai, Peru e Uruguai, cada um com as suas peculiaridades, adotaram uma série de medidas e políticas macroeconômicas, como a de independência do Banco Central, metas de inflação, acúmulo de reservas no Banco Central, a partir do início dos anos 2000.

Na visão dele, no entanto, é possível melhorar essa estrutura econômica para garantir investimento por esses países. Ele argumentou, por exemplo, que a adoção de metas de inflação afeta as taxas de câmbio, o que não é favorável à exportação e ao crescimento econômico.

“Também vemos que os países sofrem muito com a volatilidade do capital. Há muito o que melhorar na maneira como interagimos com o mercado de capital”, afirmou Rapetti, complementando que uma taxa cambial competitiva é favorável à política industrial.

Para solucionar esse problema, o professor propõe uma cooperação internacional, sobretudo entre os países em desenvolvimento, sendo ideal que não usem tantas reservas para se protegerem do fluxo de capital.

Além disso, ele avalia que esses países latino-americanos precisam de espaço fiscal para desenvolver suas políticas industriais e sociais.

“As regras fiscais que os países da América Latina têm não dão espaço para isso ou dão muito pouco. Temos que encontrar uma maneira de dar espaço fiscal para que isso aconteça, se quisermos ter investimentos públicos, programas sociais e políticas de investimento”, afirmou.

Uma proposta seria a liberação de financiamentos por bancos multilaterais para impulsionar políticas públicas sociais e industriais, segundo o acadêmico.



Também presente no evento, Amir Lebdioui, professor associado da Universidade de Oxford/EUA, ainda ressaltou a dificuldade que os países em desenvolvimento estão encontrando para fazerem frente ao protecionismo verde imposto pelos países desenvolvidos, ao taxarem a importação de alguns produtos.

“O protecionismo verde é uma ameaça ao desenvolvimento. Já vimos casos descarados de protecionismo, como taxações impostas pelos Estados Unidos à China. É um movimento quase invisível, mas que deve ter relevância na nossa agenda”, destacou Lebdioui.

O States of Future é realizado pelos ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), das Relações Exteriores (MRE), do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A organização é da Maranta e da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil (OEI). Apoiam o States of the Future a Open Society Foundations e a República.org.

